à satisfação dos encargos contratuais referidos no corpo do artigo.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 11 de Agosto de 1951. — ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR — *João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — Artur Aguedo de Oliveira — Adolfo do Amaral Abranches Pinto — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Manuel Maria Sarmiento Rodrigues — Fernando Andrade Pires de Lima — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — José Soares da Fonseca.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Justiça

Portaria n.º 13:640

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do artigo 38.º do Estatuto Judiciário, seja aumentado o quadro do pessoal do tribunal da comarca de Mirandela com um escriptorário de 2.ª classe e um oficial de diligências.

Ministério da Justiça, 11 de Agosto de 1951. — O Ministro da Justiça, *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral das Alfândegas

Decreto-Lei n.º 38:399

Em conformidade com a parte final do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 37:977, de 21 de Setembro de 1950;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São inseridos na pauta de importação os artigos 716-B, 733-A, 768-A e 926-A, com a redacção seguinte:

Artigo 716-B — Recipientes de zinco destinados ao fabrico de pilhas secas:

Pauta máxima, quilograma §08.
Pauta mínima, quilograma §04.

Artigo 733-A — Automóveis carroçados, com caixa de carga do tipo basculante, destinados exclusivamente a trabalhos em estaleiros ou outros fora da via pública:

Pauta máxima, quilograma §03.
Pauta mínima, quilograma §01(5).

Nota. — A importação de veículos ao abrigo do presente artigo fica condicionada a prévia informação prestada pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres, da qual se mostre que os veículos que se pretende importar não podem circular na via pública, em vista de as suas características não estarem em conformidade com o Código da Estrada e mais legislação em vigor.

Artigo 768-A — Veículos de carga, com protectores de borracha, de fundo movediço, destinados exclusivamente a trabalhos em estaleiros ou outros fora da via pública:

Pauta máxima, quilograma §03.
Pauta mínima, quilograma §01(5).

Nota. — A importação de veículos ao abrigo do presente artigo fica condicionada a prévia informação prestada pela Direcção-Geral de Transportes Terrestres, da qual se mostre que

os veículos que se pretende importar não podem circular na via pública, em vista de as suas características não estarem em conformidade com o Código da Estrada e mais legislação em vigor.

Artigo 926-A — Papel de impressão, com o peso de 20 a 30 gramas por metro quadrado, para periódicos:

Pauta máxima, quilograma §02.
Pauta mínima, quilograma §01.

Nota. — O papel a que este artigo se refere só poderá ser importado pelas respectivas empresas jornalísticas e exclusivamente destinado à impressão de periódicos, podendo os desperdícios ser vendidos unicamente a fábricas de papel, pelo preço corrente das aparas, considerando-se descaminhado aos direitos do artigo 936-H o papel a que for dada outra aplicação ou destino.

Art. 2.º Aos artigos 592-B, 648-A e 928 da pauta de importação é dada a seguinte redacção:

Artigo 592-B — Atum fresco ou conservado pelo frio, não especificado, incluindo o importado em qualquer época do ano, só com o sal indispensável à sua conservação:

Pauta máxima, quilograma §05.
Pauta mínima, quilograma §02(5).

Artigo 648-A — Acumuladores eléctricos — separadores de elementos:

Pauta máxima, quilograma §12.
Pauta mínima, quilograma §06.

Artigo 928 — Papel de impressão comum, de qualquer cor, tipo ordinário de jornal, com o peso de 45 a 72 gramas por metro quadrado, para periódicos e livros, não acondicionado em carretéis (d) e (e):

Pauta máxima, quilograma §01(4).
Pauta mínima, quilograma §00(7).

Art. 3.º São eliminadas no índice remissivo da pauta de importação as seguintes rubricas e respectivas remissões:

Carvões preparados:

Para pilhas. V. *Pilhas eléctricas.*
Para usos eléctricos, excepto para pilhas ou em escovas para dinamos 671

Grafite preparada para usos eléctricos, excepto para pilhas ou em escovas para dinamos 671
Peças separadas de aparelhos, instrumentos e máquinas:

De pilhas eléctricas 712 e 713

Pilhas eléctricas, completas ou em peças separadas:

Secas 712
Não especificadas 713

Art. 4.º São inseridas no índice remissivo da pauta de importação as seguintes rubricas e respectivas remissões:

Carvões:

Preparados:

Para pilhas:
Secas 671
Não especificadas 713

Para usos eléctricos, excepto para pilhas não especificadas 671

Grafite preparada para usos eléctricos, excepto para pilhas não especificadas 671
Peças separadas de aparelhos, instrumentos e máquinas:

De pilhas eléctricas:
Secas:
Carvões 671
Recipientes de zinco para seu fabrico 716-A
Não especificadas. V. *Obra.*
Não especificadas 713

Pilhas eléctricas:

Secas 712
Não especificadas 713

Art. 5.º A sinopse do índice remissivo da pauta de importação deverá ser alterada de harmonia com o estabelecido no presente decreto-lei.

Art. 6.º As mercadorias classificadas pelos artigos 716-B, 733-A e 768-A ficam sujeitas a despacho por declaração obrigatória.

Art. 7.º As disposições a que se referem os artigos 1.º e 2.º deste decreto-lei ficam a fazer parte integrante da actual pauta de importação, à data da qual se reporta a sua entrada em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 11 de Agosto de 1951. — ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR — *João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — Artur Aguedo de Oliveira — Adolfo do Amaral Abranches Pinto — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Manuel Maria Sarmiento Rodrigues — Fernando Andrade Pires de Lima — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — José Soares da Fonseca.*

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Decreto n.º 38:400

Considerando que foi adjudicada a Manuel da Silva Neves a empreitada de reparações no Convento do Salvador;

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de cento e oitenta dias, que abrange parte do ano económico de 1951 e do de 1952;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do Decreto n.º 27:563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com Manuel da Silva Neves para a execução da empreitada de reparações no Convento do Salvador, pela importância de 148.200\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despendar com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude de contrato, mais de 100.000\$ no corrente ano e 48.200\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1952.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 11 de Agosto de 1951. — ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR — *Artur Aguedo de Oliveira — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich.*

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Administração Política e Civil

Decreto n.º 38:401

O limite de idade para a admissão dos concorrentes ao quadro médico comum do ultramar português foi fixado pelo n.º 3.º do § único do artigo 68.º do Decreto

n.º 34:417, de 21 de Fevereiro de 1945, não tendo sido considerada a circunstância de poder haver candidatos que à data dos concursos fossem já funcionários do Estado e até dos próprios serviços de saúde.

Na actual legislação figura o Decreto n.º 37:741, de 20 de Janeiro de 1950, que pelo seu artigo 5.º determinou que os chefes de secção judicial da metrópole, em efectividade de serviço, poderão ser nomeados escrivães de direito no ultramar, independentemente do limite de idade, quando satisfaçam as demais condições de admissão ao respectivo concurso.

É, na metrópole, o Decreto n.º 26:826, de 25 de Julho de 1936, pelo disposto na alínea d) do artigo 4.º, dispensa a apresentação da certidão de idade aos indivíduos que já servem o Estado.

É, portanto, justo e urgente que tais disposições se apliquem aos médicos dos quadros complementares dos serviços de saúde do ultramar que pretendam ser admitidos aos concursos para o quadro médico comum dos mesmos serviços, uma vez que tenham sido nomeados para o primeiro dos referidos quadros com idade inferior a 35 anos, tanto mais que são iguais as condições em que os funcionários de todos estes quadros se encontram para efeitos de licenças e contagem de tempo de serviço para aposentação.

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, o seguinte:

Artigo único. Os médicos dos quadros complementares dos serviços de saúde do ultramar português que tenham ingressado nos respectivos quadros com idade inferior a 35 anos poderão ser nomeados médicos do quadro comum, independentemente do limite de idade estabelecido pelo n.º 3.º do § único do artigo 68.º do Decreto n.º 34:417, de 21 de Fevereiro de 1945 (Reorganização dos Serviços de Saúde), se tiverem sido classificados em concurso documental a que se refere o citado artigo.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 11 de Agosto de 1951. — ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR — *Manuel Maria Sarmiento Rodrigues.*

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *M. M. Sarmiento Rodrigues.*

Direcção-Geral de Fomento

Repartição dos Correlos, Telégrafos e Electricidade

Portaria n.º 13:641

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 91.º da Carta Orgânica do Ultramar Português, que seja publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas o Decreto n.º 38:330, de 2 do mês findo, que aprova o Regulamento de Radiocomunicações e o Regulamento Adicional das Radiocomunicações, referidos no artigo 13.º da Convenção Internacional das Telecomunicações, assinada em Atlantic City em 2 de Outubro de 1947, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 37:392, de 28 de Abril de 1949, e ratificada pela carta de 2 de Maio do mesmo ano.

Ministério do Ultramar, 11 de Agosto de 1951. — O Ministro do Ultramar, *Manuel Maria Sarmiento Rodrigues.*

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *M. M. Sarmiento Rodrigues.*